

Congresso Equipe econômica resiste à pressão por maior salário

22 AGO 1994
por Adilson Vasconcelos
de Brasília

Diante da perspectiva de a Câmara dos Deputados e de o Senado Federal estenderem aos seus servidores os reajustes concedidos ao funcionalismo público civil e militar na semana passada, através de medida provisória editada pelo presidente Itamar Franco, a equipe econômica já saiu na defensiva e avisa: não há espaços no Orçamento deste ano para cobrir aumentos de salários no Legislativo ou no Judiciário.

O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, disse, no sábado, que o Executivo está elaborando um dossiê sobre os altos salários do Legislativo para usar na busca da isonomia salarial entre os três Poderes. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Ricupero afirmou que é preciso demonstrar que os salários do Legislativo já são altos, caso contrário eles nunca serão equiparados aos do Executivo e do Judiciário.

“Existe uma diferença astronômica entre os salários do funcionalismo. Não adianta mover um milímetro nos vencimentos do Executivo e do Judiciário se o Legislativo avança um quilômetro. Temos que diminuir essa diferença ao longo dos anos”, afirmou o ministro à agência Globo.

Em nota oficial, o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), desmentiu notícia de que já teria decidido conceder aumento de 100% aos cerca de 15 mil servidores do Legislativo, embora considere que “os subsídios e representação dos deputados nunca estiveram tão baixos como hoje”. Ademar Sabino, diretor geral da Câmara, no entanto, confirma que Inocêncio, em conversa informal, teria afirmado que para corrigir os salários do Legislativo seria necessário um aumento de 100%.